

“Das IPSS’s às empresas”

Notas de uma experiência profissional em arquivos privados

Hélio Filipe Balinha

WeShare – Serviços de Gestão
Lisboa, Portugal
hbalinha@gmail.com

RESUMO

Os arquivos privados em Portugal, dentro dos quais se enquadram os das instituições particulares de solidariedade social (IPSS's) e das empresas, conheceram nas últimas duas décadas dinâmicas diversas. A atitude dos profissionais deste tipo de arquivos tem oscilado entre a busca da exposição e do debate de experiências e uma atitude fechada sobre si mesmos, colocando-se, muitas vezes, na periferia do discurso arquivístico. A nossa experiência neste domínio revelou-nos um património arquivístico numa situação dual. Por um lado, as IPPS's, mais próximas da Igreja Católica, conheceram ao longo da última década uma dinâmica de preservação do seu património, entendido sob o prisma da salvaguarda da história, memória e identidade colectivas. Por contraponto, as empresas têm vindo a apostar no desenvolvimento de sistemas de arquivo, pese embora o foco incida sobretudo na documentação de uso corrente. Entre o registo patrimonialista e a visão utilitária e probatória da documentação, que lugar existe nos arquivos privados portugueses para uma visão estratégica da gestão integrada do sistema de arquivo?

Palavras-chave: Arquivos privados; Arquivos empresariais; Sistemas de gestão de arquivo

ABSTRACT

The private archives in Portugal, falling within the private institutions of social solidarity (IPSS's) and the companies, met in the last two decades different dynamics. The attitude of the professionals in this type of archives has oscillated between the search of the exhibition and discussion of experiences and a closed attitude about themselves, putting themselves often on the periphery of archival discourse. Our experience in this area has revealed us a dual situation. On the one hand, the IPPS's, closer to the Catholic Church, met over the last decade a dynamic of preservation of its heritage, understood through the prism of preserving the history, memory and identity. By contrast, companies focused on the development of records management systems, although primarily focused on documentation of current use. Between the patrimonialist position and the utilitarian view, what place in the Portuguese private archives to a strategic vision of an integrated file system?

Keywords: Private archives; Business archives, Records management systems

1. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

Nos últimos dez anos construímos um percurso no domínio dos arquivos privados, nomeadamente, em arquivos na órbita da arquivística eclesial e em arquivos empresariais, susceptível neste momento de uma breve reflexão. Assistimos à salvaguarda de arquivos fundamentais para a construção e dinamização da memória institucional, com forte impacto nas dinâmicas sociais e económicas locais. Mas também à produção documental animada da necessidade de assegurar o cumprimento de requisitos legais e a salvaguarda de direitos. É certo que as dimensões

utilitária e identitária estão presentes em ambas as realidades, mas, como veremos, são exploradas de forma diversa. A legislação e a política arquivística nacionais, eixos fundamentais da prática arquivística, não assumiram ao longo da última década estes arquivos como prioridade, antes privilegiando os arquivos públicos. O Regime Geral dos Arquivos e do Património Arquivístico (Lei n.º 16/93, de 23.01) e a Lei de Bases do Património Cultural (Lei n.º 107/2001, de 8.09) são, no entanto, marcantes e de importância indiscutível. Embora, acreditamos, insuficientes.

2. ARQUIVOS ECLESIASTICOS: O CASO DAS IPSS'S

No período que medeia entre 2001 e 2005, participámos de projectos de intervenção arquivística numa confraria religiosa, num santuário, numa congregação religiosa e, muito particularmente, numa misericórdia. Na qualidade de técnico superior de arquivo tivemos oportunidade de participar em intervenções de identificação e avaliação de massas documentais acumuladas, de descrição de documentação de conservação definitiva, da construção de planos de classificação e de tabelas de avaliação e selecção e, ainda, do levantamento de produção documental em arquivo corrente.

Iniciámos o nosso percurso num momento em que as confrarias e irmandades portuguesas (misericórdias incluídas) viviam um período de expansão e diversificação dos seus projectos de intervenção social em áreas muito distintas, numa dinâmica que teve o seu início ainda na década de 1980. Após o 25 de Abril de 1974, as misericórdias viveram um momento marcante na sua história, com a nacionalização dos seus hospitais (Decreto-Lei n.º 618/75, de 11.11), e a ameaça de extinção daquelas que não tivessem valências de cariz social. É neste contexto que as instituições confraternais lançam serviços de apoio à infância, aos jovens, à terceira idade e aos doentes e carenciados. Surgem creches e infantários, lares e centros de dias, centros de formação profissional e centros de cuidados médicos. É esta complexificação das suas actividades que conduz à aquisição do seu estatuto de instituições particulares de solidariedade social (IPSS), constituindo-se desta forma como instituições parceiras da Segurança Social.

Falamos de instituições, na sua maioria, com vários séculos de história. A dimensão histórica destas instituições encontra-se patente, por exemplo, nos resultados apurados pelo *Recenseamento dos arquivos locais*, iniciado em 1991, sob coordenação de José Mariz. Este estudo recenseou os arquivos da maior parte das câmaras e misericórdias do país e identificou nos arquivos das misericórdias documentação proveniente das antigas confrarias, irmandades e hospitais que integraram. Este estudo foi actualizado em 2002, por Pedro Penteado, num trabalho publicado no 1.º volume da *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Neste novo recenseamento, o autor recolheu informação sobre os fundos existentes em cada uma das misericórdias e sobre a documentação com interesse histórico, alargando o universo considerado em 1991, tendo sido consideradas as misericórdias e instituições similares de Portugal Continental fundadas antes de 1982, com excepção daquelas que se situam nos distritos de Beja e Bragança (PENTEADO, 2002, 124).

A nossa entrada na actividade arquivística, conforme já referimos, ocorreu em 2001, num dos cenários talvez mais desafiantes para quem dá os primeiros passos neste domínio: a documentação acumulada. Este tipo de situação,

conforme assinala Pedro Penteado, *não permite as necessárias recuperações da informação, impede os arquivos de cumprirem uma parte importante da sua missão, e põe em risco a conservação da documentação com interesse para a investigação retrospectiva, pela ausência de avaliação* (PENTEADO, 2000, 169).

Ao longo do tempo, as instituições produzem documentação à qual não reconhecem, aparentemente, uma importância imediata nem um interesse suficiente para constituir a memória arquivística. Por isso, vai sendo remetida descontroladamente para espaços secundários, para locais sem o mínimo de condições adequadas para a sua preservação (com risco de incêndio e/ou inundação, favoráveis ao desenvolvimento de infestações, etc.), instalada em armazéns, arrecadações, caves ou sótãos, muitas vezes à mistura com resíduos da actividade das instituições. A estes acervos, votados ao abandono e ao esquecimento institucional, juntam-se frequentemente remessas desordenadas de documentos sem utilização administrativa imediata, retirados dos arquivos correntes, ou provenientes de organismos e serviços extintos, à mistura com antiga legislação impressa, publicações técnicas e material bibliográfico desactualizado, acentuando-se assim o desinteresse e o desprezo por estes vastos conjuntos documentais, considerados de fraca utilidade. Contudo, encontra-se neles muita informação de importância histórica, fundamental para compreender períodos fulcrais da história nacional, para já não referir documentação que mantém utilidade do ponto de vista administrativo. Por outras palavras, é remetida para uma área de esquecimento um conjunto de informação que pode responder com eficácia a necessidades organizacionais básicas, inclusive no domínio da gestão estratégica deste tipo de instituições (BALINHA, 2002).

Este tipo de situação, que denuncia uma clara falta de investimento, durante décadas, em políticas e programas sistemáticos de gestão da informação arquivística, constituía, à época, um dos grandes problemas das misericórdias portuguesas. A solução preconizada foi a identificação e avaliação da documentação acumulada, entendida como uma forma de ultrapassar os constrangimentos provocados por uma gestão ineficaz do sistema de informação e um modo de salvaguardar, entre outros aspectos, o futuro da documentação que possuía valor arquivístico e deve reforçar a memória institucional. É evidente que este tipo de intervenções deve ser integrado numa política de gestão de arquivos mais vasta, que inclua soluções e instrumentos para a documentação produzida diariamente, regulando todo o seu ciclo de vida, bem como o destino final de cada série (eliminação ou conservação permanente em arquivos históricos). Por outras palavras, não basta proceder à avaliação das “massas documentais acumuladas”, apenas porque a organização tem um problema de falta de espaço e quer proceder a eliminações, ou tem um arquivo histórico e pretende salvar “documentação antiga com interesse” que está em risco. É preciso ir mais longe e articular estas medidas com planos mais globais de intervenção para a gestão da informação dos arquivos das confrarias e misericórdias (BALINHA, 2002). Efectivamente, viríamos a participar noutros projectos neste domínio, onde o problema da documentação acumulada era menos significativo, ou já se encontrava até resolvido, e onde os objectivos da intervenção eram a descrição da documentação conservada em arquivo histórico. Mais significativas, porém, foram as experiências a montante, com a colaboração na construção de um plano de classificação e de uma tabela de avaliação e selecção documental para uma confraria, ou no levantamento das condições e características de funcionamento do arquivo corrente, tendo em vista a implementação de uma política integrada de gestão de arquivo.

Em 2001, num encontro em Penafiel sobre as Misericórdias como fontes culturais e de informação, o Provedor da

Misericórdia de Castelo de Vide então presente, afirmou que se impunha considerar uma 13.^a obra de misericórdia: “salvar a memória”. E foi com esta visão que mais frequentemente nos deparámos. As instituições complexificaram a sua actividade e, conseqüentemente, aumentaram o número de documentos recebidos e produzidos necessários à gestão corrente e à execução de prova de direitos adquiridos. No entanto, como assinala Pedro Penteado, continua a registar-se uma sobrevalorização dos arquivos históricos ou definitivos e a secundarização dos arquivos administrativos. A intervenção, tendencialmente, privilegia a vertente patrimonial dos arquivos, dado o enorme peso da história institucional e a marca identitária assumida junto das comunidades locais (PENTEADO, 2000, 166).

3. ARQUIVOS EMPRESARIAIS

A partir de 2006, a nossa actividade profissional transferiu-se para o domínio empresarial, enquanto responsável pelo sistema de gestão documental de uma grande empresa.

Em Portugal, como em muitos outros países, as obrigações das empresas face ao seu arquivo são sobretudo de ordem moral, havendo uma enorme fragilidade dos imperativos legais. A legislação não define que documentação devem as entidades empresariais preservar enquanto evidência das suas principais funções e actividades. Neste contexto, os arquivos devem ser entendidos como estando na dependência da visão estratégica da estrutura directiva das empresas sobre a gestão da informação. Assim, se não houver uma política de gestão documental implementada, não se encontra garantida a criação dos documentos necessários a constituir evidência representativa das funções e actividades da entidade. Por outro lado, se nas fases activa e semi-activa dos documentos os seus valores informativo e probatório são geralmente reconhecidos pelas instituições, a situação dos documentos sem valor probatório é uma incógnita na generalidade das empresas. Os documentos sem valor probatório, dado que não existe legislação que imponha a sua conservação enquanto património identitário ou a sua integração nos arquivos do Estado, estão dependentes das empresas que os produziram, pelo que a situação é desconhecida.

As empresas e, muito particularmente, os seus dirigentes têm dificuldade em encarar os arquivos como um activo a preservar, tão importante como os recursos humanos ou financeiros da instituição (DAMAS, 2000, 220). O arquivo constitui muitas vezes, e acima de tudo, um problema de espaço, pelo que, conforme acentua José Mattoso, *convém ainda mostrar-lhes [aos empresários] que esse património [o arquivo], muitas vezes considerado improdutivo, só o será se eles quiserem* (MATTOSO, 1989).

José Amado Mendes defende a história empresarial como um instrumento estratégico de gestão, na medida em que proporciona aquilo que designa como uma «psicanálise da empresa». A investigação histórica, a partir dos arquivos empresariais, permite colocar a descoberto não só as marcas identitárias da instituição, como identificar os seus pontos fortes e fracos. A instituição adquire um conhecimento mais profundo da cultura da empresa, da história e dinâmica dos indivíduos que a compõem e da história dos respectivos produtos / serviços. (MENDES, 2004, 24-25). Por seu turno, José Mattoso assinalou a importância das empresas terem presente a sua identidade e os seus símbolos. *O arquivo, de resto, é o coração do conjunto de elementos materiais em que se apoia a identidade e que explica ou justifica os*

símbolos. (...) também o arquivo e outras recordações do passado da empresa materializam o património simbólico que a impõe como única e insubstituível (MATTOSO, 1989).

O arquivo das empresas pode ainda assumir uma função instrumental na comunicação corporativa, para os públicos interno e externo, enquanto ferramenta de publicidade e marketing. O director dos Arquivos Nacionais do Reino Unido, Natalie Ceeney, assinalou a propósito da gestão dos arquivos empresariais na sua dimensão de memória corporativa que *more and more companies are integrating their corporate history into positive messages to affirm that they have seen, survived, and often grown through times of economic challenge and uncertainty* (CEENEY, 2009, 1). Neste estudo são apresentados os exemplos do HSBC Bank e da cadeia de lojas Marks & Spencer, que utilizaram os seus arquivos para potenciar a sua imagem junto dos seus funcionários e do grande público. Em Portugal, é de destacar a forma como a CUF, em 2008, utilizou o seu património arquivístico para potenciar a sua imagem junto do público. Uma curta-metragem publicitária com Vasco Santana, rodada posteriormente a 1933, no início da carreira do actor, foi não divulgada, encontrando-se hoje disponível no Youtube. Esta curta-metragem sem som promovia os adubos da CUF enquanto promotores da qualidade de vida dos agricultores, na medida em que aumentavam significativamente a produção e conseqüentemente os lucros.

Consciente da dimensão identitária assumida pelos arquivos empresariais face às empresas, mas também no contexto mais vasto do país, Maria José da Silva Leal, em pleno debate sobre a configuração que a rede de arquivos portuguesa devia adoptar, teve uma intervenção de grande significado em 1979. A arquivista propôs que a rede de arquivos, nomeadamente no domínio dos arquivos definitivos, integrasse instituições públicas e privadas, fazendo então a integração dos arquivos privados depender unicamente do regime dos documentos não públicos que viesse a ser estabelecido na lei de bases (LEAL, 1979, 130).

A salvaguarda, preservação e valorização dos arquivos empresariais não se joga, no entanto, apenas no campo dos arquivos definitivos. Segundo Malheiro da Silva, a tendência para concentrar a reflexão sobre os arquivos empresariais no domínio dos arquivos definitivos decorre de duas situações. Por um lado, existem incontáveis acervos em risco de perda eminente dadas as condições precárias em que se encontram. Por outro, estamos ainda presos a uma *lógica dualista que se opera se não explícita, pelo menos implicitamente, e que separa em dois hemisférios afins, mas distintos, o dia-a-dia das empresas e as necessidades da investigação histórica (a apetência pelo passado empresarial)* (SILVA, 2006). Na procura de uma resposta aos desafios que se colocam actualmente aos arquivos empresariais, Malheiro da Silva propõe aquilo que designa como um «Sistema de Informação Empresarial», assente em três variáveis: colecta prospectiva da informação válida no futuro, circulação eficiente do fluxo informacional actual e recuperação ágil e exaustiva da informação antiga (SILVA, 2006).

Actualmente, não existe nenhuma iniciativa específica do Estado, ou de qualquer organismo por ele tutelado, focada nos arquivos empresariais. Contudo, o projecto da Rede Portuguesa de Arquivos, pilotado pela Direcção Geral de Arquivos, prevê a possibilidade de tanto entidades públicas como privadas participarem deste projecto. A ausência até ao momento de adesões de entidades privadas empresariais poderá estar relacionada com as exigências colocadas pela Rede, nomeadamente, a adopção das normas e orientações nacionais e internacionais de arquivos na descrição e partilha dos documentos, e no próprio facto da adesão implicar a partilha de informação, pelo menos até ao nível do

fundo, sobre a documentação das próprias entidades.

4. NORMALIZAÇÃO

Concordamos com a posição assumida por José Andrés González Pedraza, segundo a qual a principal característica diferenciadora dos arquivos empresariais é a entidade produtora: a empresa (GONZÁLEZ PEDRAZA, 2009, 11). Neste sentido, o objectivo do arquivista numa entidade privada empresarial é semelhante ao que seria definido numa instituição pública, ou seja, a implementação de um sistema de gestão documental capaz de assegurar que os documentos que o constituem são os adequados e possuem as características necessárias para serem evidência do que representam (NP 4438-1:2005:8). E, neste âmbito, a normalização é um aspecto que merece especial reflexão. O arquivo fornece serviços aos seus utilizadores através de produtos próprios e, nessa medida, a sua sobrevivência depende da qualidade dos serviços fornecidos e da sua constante adaptação às necessidades da entidade.

Em Portugal, como já referimos, é desconhecido o cenário quanto aos sistemas de gestão documental no interior das empresas e, mais ainda, qual o perfil dos profissionais com responsabilidades na implementação e gestão desses mesmos sistemas. No entanto, são já vários os referenciais normativos publicados ou em fase de publicação sobre o funcionamento dos sistemas de gestão documental no todo ou apenas em parte, que balizam a prática profissional e podem assegurar não só uma acção normalizada, mas capaz de responder aos desafios constantes que se colocam neste domínio.

Normas como a ISAD(G), ISAAR(CPF) ou ISDF, da responsabilidade do ICA, são bem conhecidas dos profissionais da área. Também as normas ISO são razoavelmente bem conhecidas, sobretudo a ISO 15489:2001 (Records Management), que esteve na origem da NP 4438:2005, muito embora este organismo seja responsável por outras normas igualmente relevantes, como a ISO 16175 (*Principles and functional requirements for records in electronic office environments*), a ISO 23081 (*Managing metadata for records*) ou a ISO 26122:2008 (*Work process analysis for records*). Contudo, em 2011 surgiu uma nova família de normas ISO, a série 30300.

A série de normas 30300 (Management System for Records) nasce com o objectivo de funcionar de forma integrada com os outros sistemas de gestão das organizações, fornecendo orientações para a definição de políticas e objectivos que garantam a produção de documentos fidedignos, independentemente da dimensão da organização onde sejam aplicadas. Neste momento, já foram publicadas as duas primeiras normas, ISO 30300:2011 (*Fundamental and vocabular*) e ISO 30301:2011 (*Requirements*), e está prevista a publicação de mais três.

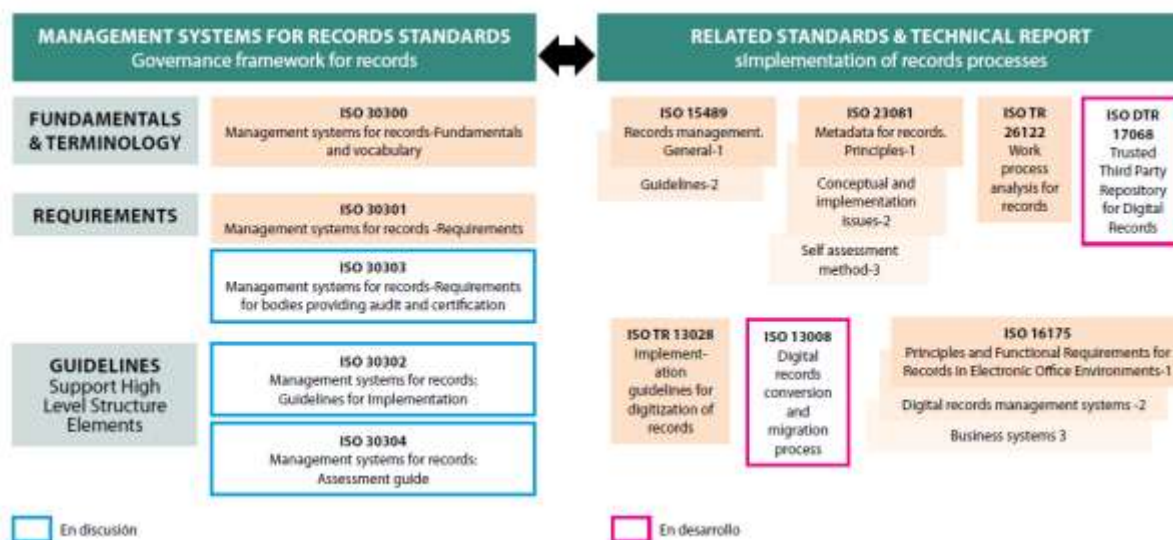


Figura 1. Relação entre a série 30300 e as restantes normas ISO de gestão de documentos
(adapt. de Bustelo Ruesta, 2011)

As normas da série 30300 já publicadas assumem-se como tributárias da ISO 15489, muito embora a sua aplicação venha funcionar como complementar em linha directa com as normas de gestão da qualidade (ISO 9001), de gestão ambiental (ISO 14001) e de gestão da segurança da informação (ISO 27001). Embora não sejam normas de gestão no pleno sentido do termo, a série 30300 relaciona-se ainda com as normas de gestão do risco (ISO 31000) e de responsabilidade social (ISO 26000). O tópico comum a todas estas normas é exigirem a produção de documentos enquanto evidência da sua aplicação e cumprimento, os quais são fundamentais no processo de auditoria e prova dos comportamentos adoptados (BUSTELO RUESTA, 2011, 12).

Entre os vários benefícios associados à aplicação da nova família de normas, entre os quais se encontram os decorrentes de uma correcta gestão documental, mas também a integração de um enfoque na avaliação de riscos, a promoção da melhora contínua, a possibilidade de certificar o cumprimento dos requisitos mediante a auditoria de entidades independentes e a integração com outros sistemas de gestão (BUSTELO RUESTA, 2011, 14).

5. NOTAS FINAIS

Ao longo de cerca de dez anos de actividade profissional, deparámo-nos com duas visões predominantes do sistema de arquivo, das quais tentámos deixar aqui as suas principais linhas e desafios que se lhes colocam. Nalguns casos, o risco de destruição silenciosa dos conjuntos documentais é efectivo, na medida em que a legislação não assegura a preservação e salvaguarda dos arquivos e os órgãos directivos nem sempre se encontram sensibilizados para a necessidade da sua preservação. Na ausência de uma política arquivística nacional, uma das oportunidades de valorização e salvaguarda dos sistemas de arquivo das organizações será certamente a adopção de uma prática

normalizada.

6. FONTES DE INFORMAÇÃO

BALINHA, Hélio, *et. al.* - A identificação e a avaliação da documentação acumulada nas Misericórdias: o caso de Sintra. JORNADAS DE ESTUDO, 1, Penafiel, 18 a 20 de Outubro de 2001 - *As Misericórdias como fontes culturais e de informação*. [Recurso electrónico]. Penafiel, 2002. CD-ROM.

BUSTELO RUESTA, Carlota – *Série ISO 30300: Sistema de gestión para los documentos*. [Em linha]. 2011. [Consult. 24 Março 2012]. Disponível em: <http://www.sedic.es/p_documentos_trabajo.asp>.

CEENEY, Natalie, ed. – *Corporate memory: a guide to managing business archives*. [Em linha]. 2009. [Consult. 24 Março 2012]. Disponível em: <<http://www.nationalarchives.gov.uk/documents/information-management/corporate-memory.pdf>>.

DAMAS, Carlos Alberto – Património e arquivos empresariais. *Arqueologia & Indústria*. N.º 2-3 (1999/2000), p. 219-226.

FONSECA, Carlos Dinis da - *História e actualidade das misericórdias*. Lisboa: Inquérito, 1996.

GONZÁLEZ PEDRAZA, José Andrés – *Los archivos de empresas: qué son y cómo se tratan*. Gijón: Ediciones Trea, 2009.

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO - *Orientações técnicas para avaliação de documentação acumulada*. Lisboa: IAN/TT, 1999.

LEAL, Maria José da Silva – Planeamento das redes de serviços de arquivo: alguns aspectos da problemática das suas infraestruturas. ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS PORTUGUESES, 7 - *Actas*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1979. Vol. 2, p. 120-137.

MATTOSO, José – O IPA e a situação dos arquivos de empresa em Portugal. SEMINÁRIO: ARQUIVOS DE ONTEM. ARQUIVOS DE HOJE, Lisboa, 20 de Fevereiro 1989. Acessível no Centro de Estudos da História do Banco Espírito Santo, Lisboa, Portugal.

MENDES, José Amado – Elite empresarial e história das empresas: em busca de uma imagem de marca, 1924-2003. *Estudos do Século XX*. N.º 4 (2004), p. 17-39.

PENTEADO, Pedro – Arquivo de confrarias e irmandades: alguns pressupostos para o sucesso de uma intervenção arquivística. *Arquivística e Arquivos Religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa: CEHR, UCP, 2000, p. 163- 188.

PENTEADO, Pedro - As misericórdias: contributo para um guia dos arquivos. PAIVA, José Pedro, coord., *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Lisboa: CEHR; UMP, 2002, vol. I, pp. 121-280.

PENTEADO, Pedro - Os arquivos e a História das misericórdias em Portugal: problemas e perspectivas. *Oceanos*. N.º 35 (1998), pp. 90-97.

PENTEADO, Pedro - A normalização em arquivos: panorâmica actual da produção nacional e internacional. [Em linha]. 2010. [Consult. 24 Março 2012]. Disponível em: <http://www.culturadigital.pt/docs/dgarq_ppenteado.pdf>.

SILVA, Armando Malheiro da – O futuro das empresas com memória: um modelo sistémico e interactivo para toda a informação empresarial. *Arqueologia industrial*. Série 4. Vol. 2, n.º 1-2 (2006).